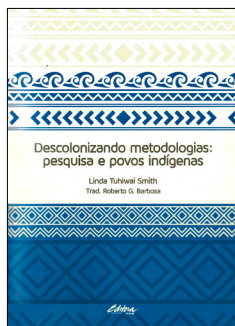


Descolonizar metodologias é necessário, alerta Linda Smith, pesquisadora maori Decolonizing methodologies is necessary, warns Linda Smith, *Maori* researcher

Por Rita de Cássia de Almeida Carneiro 

Universidade Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
(rita98cassia@gmail.com)



Smith, L. T. (2018).
Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas (R. G. Barbosa, Trad.). Editora UFPR. (Obra original publicada em 1999).

As marcas do colonialismo ainda são indelévels em territórios que um dia foram explorados e seus povos, desumanizados. Contudo, há centenas de resistências que buscam legitimar não só suas histórias, mas também seus corpos e seus saberes. É oportuno citar uma fala, embebida de simplicidade e coragem, de Ailton Krenak, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), em abril de 2024, quando pergunta:

... será que nessa cadeira cabem 300? Como dizia Mario de Andrade, eu sou 300. Eu não sou mais do que um, mas eu posso invocar mais do que 300. Nesse caso, 305 povos que, nos últimos 30 anos do nosso país, passaram a ter a disposição de dizer: 'estou aqui'. Sou Guarani, sou Xavante, sou Caiapó, sou Yanomami, sou Terena (Ailton Krenak, comunicação pessoal, 5 abr. 2024).

É na perspectiva de um colonizado, que a intelectual indígena maori Linda Tuhiwai Smith escreve seu livro "Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples" (Smith, 1999), publicado originalmente na Inglaterra no ano de 1999 e traduzido para o português apenas em 2018, por Roberto G. Barbosa. A autora é professora na Universidade de Waikato, na Nova Zelândia, e se autodeclara *Ngāti Awa* e *Ngāti Porou*. Ademais, é amplamente reconhecida por suas contribuições aos estudos decoloniais, às metodologias de pesquisa indígena voltadas para a valorização de seus saberes e suas práticas e para a pesquisa *Kaupapa Maori*, sobre a qual narra primorosamente no último capítulo de sua obra. Sua jornada na causa começou ainda na juventude, quando participou ativamente de movimentos de reivindicação, como a inclusão da língua maori no sistema educacional escolar. Também atuou na educação primária e na área da saúde, a qual foi uma espécie de virada de chave para Smith se reconhecer como pesquisadora indígena maori.

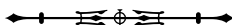
É importante salientar, nessa passagem, que o estabelecimento do Tribunal de Waitangi, em 1975, influenciou significativamente o movimento militante dos jovens maoris nas áreas urbanas e a criação do Centro de Estudos Maoris, na Universidade de Auckland. Esse tribunal configura-se como uma instância na qual podem ser denunciadas ações ou omissões da Coroa, inclusive após a independência da Nova Zelândia. Isso porque, em 1840, foi assinado o Tratado de Waitangi entre a Coroa britânica e 500 chefes maoris. Assim, o tribunal tornou-se um lugar não só para pleitear a utilização da língua maori nas escolas, mas também desempenhou um papel fundamental na recuperação de suas narrativas sobre a verdadeira história colonial e na promoção de uma pesquisa que refletisse as especificidades e as perspectivas do povo maori.

Carneiro, R. de C. de A. (2025). Descolonizar metodologias é necessário, alerta Linda Smith, pesquisadora maori. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(3), e20250006. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0006

Recebido em 04/02/2025

Aprovado em 02/06/2025

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



Dessa maneira, Smith apresenta uma obra revolucionária nesse campo de estudos, na qual problematiza a pesquisa científica tradicional, marcada por epistemologias ocidentais, e explana como tem sido historicamente uma ferramenta do colonialismo, desumanizando os sujeitos que deveriam ser protagonistas, reduzindo-os a meros objetos de estudo. O livro traz um olhar incisivo sobre como as metodologias de pesquisa impactam os povos indígenas, ao mesmo tempo em que propõe alternativas para transformar essas práticas, baseadas no respeito à cultura, aos saberes e à autodeterminação desses povos. Sempre que pode, Smith enfatiza que a pesquisa deve ser ética, colaborativa e comprometida com o bem-estar e os direitos legitimados dessas comunidades, rompendo com as estruturas que perpetuam a opressão colonialista.

O livro se divide em duas partes complementares, com o total de dez capítulos, além de introdução e conclusão. Em suas primeiras linhas, a autora expõe que “o termo ‘pesquisa’ está indissociavelmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu” (p. 11), ou seja, carrega um peso histórico cruel. Isso porque a pesquisa fora apresentada como neutra e objetiva, mas, na realidade, ela sustentava narrativas eurocêntricas e racistas, que marginalizavam os saberes ancestrais indígenas e reforçavam a superioridade do conhecimento ocidental. Além disso, critica, com indignação, os pesquisadores intelectuais do Ocidente que presumem conhecer o universo indígena a partir de um encontro limitado com apenas uma parcela de indivíduos, gerando apropriações e negação de seus verdadeiros agentes. Por isso, muitos povos indígenas têm repulsa à pesquisa e aos pesquisadores, principalmente os de fora das comunidades, mantendo desconfianças coerentes. Contudo, estes sujeitos não apenas questionam os modos de pesquisa e ambições, mas também buscam explicar as contra-histórias, analisadas pela autora como ferramentas de resistência.

Dessa maneira, Smith afirma que seria muito difícil discutir metodologias de pesquisa indígena sem esmiuçar a complexidade dos interesses e os modos de conhecimento

ocidental, bem como a maneira como estão arraigados às camadas mais profundas do imperialismo e das atividades coloniais. Desse modo, a primeira parte do livro, integrada pelos cinco primeiros capítulos, executa um panorama histórico e filosófico sobre as bases da pesquisa ocidental e suas formações culturais, exibindo um olhar crítico sobre os ideais iluministas que engendraram uma ciência vista como única. Simultaneamente, a autora contrapõe esse modelo de pesquisa com concepções e alternativas maoris, como forma de demonstrar que a prática científica abrange a pluralidade e não se limita a uma definição ocidentalizada.

Smith apresenta de que maneira esse processo consistiu em classificar, reinterpretar e até distorcer a sabedoria indígena para atender aos interesses do imperialismo. Detalha, com maestria, como instituições universitárias, museus e escolas foram fundamentais para sustentar tais atividades e ainda evidenciam como as categorias e disciplinas acadêmicas ocidentais reforçaram a hierarquia de poder, promovendo um ideal de conhecimento superior e universal, enquanto as epistemologias indígenas eram consideradas primitivas e exóticas. Assim, durante séculos, os intelectuais ocidentais trataram as terras indígenas como laboratórios, ignorando o impacto social, cultural e espiritual de suas ações.

O fechamento dessa primeira parte se revela através do capítulo cinco, “Notas de lá de baixo”, no qual expõe que determinados termos dão a falsa sensação de que o colonialismo e o imperialismo findaram, quando, na verdade, o processo de descolonização é lento e perdura até a contemporaneidade. Ou seja, Smith revela a nova linguagem utilizada pelos agentes imperialistas para camuflar as reais intenções nos sistemas investigativos, listando, ainda, dez maneiras de ser pesquisado, nesse caso, colonizado. Trata, portanto, da relevância de ouvir as vozes que sempre estiveram ecoando e de suas experiências, em oposição à visão colonizadora dominante. Além disso, a autora utiliza a expressão “lá de baixo” para se referir aos povos marginalizados pelas estruturas coloniais, que são frequentemente silenciadas ou representadas de maneira

distorcida. Assim, ao adotar uma postura de escuta ativa e de respeito, a pesquisa pode começar a romper com essas narrativas e avançar em direção a uma metodologia mais inclusiva e transformadora, colocando os povos indígenas no centro do processo, para que, enfim, possa promover abordagens realmente decoloniais.

Na segunda parte do livro, composta pelos capítulos seis a dez, a autora afirma que a descolonização da pesquisa requer a reconstrução de metodologias que preservem e incorporem as epistemologias, os valores e as prioridades dos povos indígenas. Ela argumenta que, para superar as abordagens ocidentais tradicionais, é necessário substituí-las por práticas que promovam a autodeterminação, a reciprocidade e a justiça epistêmica. Defende também que a pesquisa deve estar alinhada às necessidades e às aspirações desses sujeitos, contribuindo para a revitalização da cultura, com o fortalecimento de suas tradições e a recuperação de narrativas históricas, além de enfatizar que esse movimento não é somente uma questão técnica, mas um compromisso político e ético, já que esses mesmos indivíduos reivindicam também a possibilidade de, cada vez mais, estarem inseridos no campo de pesquisa como pesquisadores. Nesse sentido, destaca a importância de estabelecer uma agenda de pesquisa indígena em conjunto e de os mesmos participarem ativamente de formulações de questões que os afetam diretamente, garantindo legitimação de seus saberes e direitos básicos, como acesso à terra, ao alimento, à saúde e à educação. Em suma, a nova agenda busca transformar o processo de pesquisa em algo que contribua para a autonomia e a soberania desses povos.

Smith faz destaque a dois tipos de pesquisa que podem impactar positivamente no cotidiano dessas pessoas e dos próprios pesquisadores que pertencem às comunidades estudadas, sendo elas a ação-comunitária e a pesquisa emancipatória. As duas são abordagens que estão alinhadas em construir sistemas úteis de investigação e apoio, nas quais o pesquisador indígena pode ultrapassar os limites do ser *insider* e *outsider*. Nesse panorama, a autora evidencia que,

na Nova Zelândia, os maoris preferem que as pesquisas sejam feitas somente por pessoas de dentro da comunidade, não somente para deter seu próprio conhecimento, mas também para validá-los e legitimar seus discursos.

A pesquisadora maori nos brinda com o último capítulo, intitulado “Rumo ao desenvolvimento de metodologias indígenas: a pesquisa *kaupapa maori*”, no qual discorre sobre a pesquisa *kaupapa maori*, mas antes faz um grande apanhado histórico sobre como os maoris se inseriram no mundo da pesquisa em meados dos anos 60, principalmente no que diz respeito aos estudos feministas e às críticas à pesquisa positivista predominante naquele período. Eles encontraram nas ciências sociais caminhos abertos para novas formas de pensamento e pesquisas mais críticas e reflexivas. Assim, a pesquisa *kaupapa maori* se define pela relação com princípios próprios da filosofia maori, com o resgate da língua, através do centro educacional *Te Kohanga Reo*, e pela revitalização de suas histórias e de sua cultura. Reivindicam suas terras, recursos, políticas públicas e também que os artigos do Tratado de Waitangi sejam respeitados.

Nesse sentido, é possível perceber que as alternativas de metodologias que Smith revela se encaixariam muito bem em outros contextos indígenas, como aqui no Brasil, onde seria fundamental haver mais formações de pesquisadores indígenas, exaltação de suas literaturas, de seus saberes, de suas culturas, de suas curas, de suas ervas. Seria inspirador se as palavras de Ailton Krenak se fizessem reais no sentido de cada vez mais pessoas indígenas ocuparem cadeiras de prestígio. A luta é diária.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

REFERÊNCIA

Smith, L. (1999). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Zed Books.

